



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

O TRABALHO DA(O) ASSISTENTE SOCIAL COM OS ESTUDANTES QUILOMBOLAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)

CARLAISABEL DE OLIVEIRA MARINHO E SILVA ¹
MARA ROSANGE ACOSTA DE MEDEIROS ²

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar o resultado de pesquisa do trabalho da (o) Assistente Social com as(os) Quilombolas da FURG. Buscou-se conhecer o trabalho realizado pelas assistentes sociais da pró-reitoria de assuntos estudantis, (PRAE) com as(os) Quilombolas; descrever as demandas institucionais e das(os) Quilombolas ao Serviço Social da PRAE na FURG; e os desafios e possibilidades para atuação das(os) Assistentes Sociais no trabalho desenvolvido com as(os) Quilombolas da FURG. Utilizou-se o método dialético-crítico, de abordagem qualitativa. A pesquisa foi bibliográfica, documental e de campo, a coleta de dados entrevista semiestruturada com seis Assistentes Sociais.

Palavras-chave: Trabalho da(o) Assistente Social;

1 Profissional de Serviço Social. Universidade Federal Do Rio Grande

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Católica De Pelotas

Quilombolas; Serviço Social.

ABSTRACT

This paper aims to present the research result of the work of the Social Worker with the Quilombolas of FURG. We sought to know the work performed by the social workers of the Pró reitoria de assuntos estudantes, (PRAE) with the Quilombolas; describe the institutional and quilombolas demands to the Prae Social Work at FURG; and the challenges and possibilities for the performance of social workers in the work developed with the Quilombolas of FURG. The dialectical-critical method of qualitative approach was used. The research was bibliographic, documentary and field, the data collection semi-structured interview with six Social Workers.

Keywords: Work of the Social Worker; Maroons; Social services.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, trazemos um recorte da minha pesquisa de mestrado que analisou empiricamente como era realizado o trabalho da (do) Assistente Social com os estudantes Quilombolas na Universidade Federal do Rio Grande/RS (FURG).

Marilda Villela Iamamoto enfatiza que as (os) Assistentes Sociais trabalham nas manifestações mais dilacerantes da questão social, tais como se apresentam aos indivíduos sociais de diferentes “segmentos das classes subalternas em suas relações com o bloco do poder e nas iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas” (IAMAMOTO, 2009, p. 19).

Portanto, ao trabalharem com as variadas manifestações da questão social,

nos diversificados espaços sócio-ocupacionais, as(os) assistentes sociais trabalham na “formulação, planejamento e execução das políticas públicas nas áreas de educação, saúde, previdência, assistência social, habitação, meio ambiente, entre outras, movidos pela perspectiva de defesa e ampliação dos direitos da população” (IAMAMOTO, 2009, p.19).

Iamamoto (2001) ressalta que a (o) Assistente Social constitui-se um trabalhador assalariado que nas suas relações e inserção no mercado, compra e vende a sua força de trabalho especializada aos empregadores estatais e privados, dispondo de relativa autonomia na condução de seu trabalho junto a pessoas e grupos sociais - o que exige compromisso com os princípios éticos que direcionam a ação profissional explicitados no código de ética profissional. Neste sentido, conhecer o trabalho da (o) Assistente Social, junto aos estudantes Quilombolas, possibilita fortalecer e reafirmar o compromisso com os usuários dos serviços socioassistenciais na garantia da defesa dos direitos.

Nesse sentido, é de extrema importância o fortalecimento de discussões a respeito do Serviço Social na educação, estabelecendo essa política como mais um espaço para o trabalho do profissional, tendo-se em vista as exigências provenientes da sociedade do capital global, marcada na contemporaneidade pelo crescimento da desigualdade social - uma vez que a crise do capitalismo na esfera mundial provoca uma série de contrarreformas nas políticas sociais, precarizando a viabilização dos direitos sociais.

Assim, contextualizar o trabalho da (o) Assistente social é ter clara a disputa de poder entre as classes e a necessidade de uma defesa intransigente dos direitos sociais, dentre os quais o da educação pública, gratuita e de qualidade.

O trabalho está organizado em 5 partes. A primeira é a introdução, a segunda sobre o trabalho da(o) Assistente Social; a terceira o Projeto; Ético Político do Serviço Social; a Quarta, o trabalho da(o) Assistente Social com os Estudantes quilombolas da FURG, a quinta é a conclusão.

2 O TRABALHO DA(O) ASSISTENTE SOCIAL

Pensar no trabalho das (dos) Assistentes Sociais, necessariamente, nos remete ao que Marx (1988) pesquisou sobre a categoria do ser social. Para ele, o trabalho é um sistema de relação do homem com a natureza. É através do trabalho que o homem transforma a natureza, a si mesmo e aos outros. O trabalho na sociedade capitalista é colocado como alienado e abstrato, sendo transformado em mercadoria. O emprego da força de trabalho é, em síntese, o próprio trabalho e a força de trabalho em funcionamento, é o próprio trabalhador (MARX, 1988).

Para o autor acima citado, o trabalho é o que fundamenta o ser social – e a educação, uma das principais características humanas. Nesse entendimento, tanto o trabalho, quanto a educação necessitam favorecer a promoção de práticas emancipatórias do ser social. No entanto, no capitalismo tais práticas são cooptadas pelo capital e passam a produzir efeitos contrários - o que de certa forma contribui para a alienação dos sujeitos sociais e conseqüentemente, na continuidade desse modo de produção.

No capitalismo, o trabalho que antes era idealizado como transformador da natureza é capaz de satisfazer as necessidades básicas, tornando-se uma atividade abstrata, alienada e também, uma mercadoria utilizada para o capital. A partir destas afirmativas, o caráter útil do trabalho na produção de valores de uso não tem mais importância. Ele passa a ser, no entanto, “produtor de valores de troca” (ALBUQUERQUE, 2015, p.07).

Ao analisar o significado de trabalho concreto na concepção de Marx, Iamamoto (2009) reforça o pensamento de Albuquerque ao sustentar que o trabalho concreto e útil é aquele de uma particularidade determinada, que gera valores de uso para satisfazer as necessidades sociais de uma referida espécie. A autora também coloca que para Marx, o trabalho humano abstrato, como cerne de valor é “pensado na sua quantidade e medido pelo tempo: tempo de trabalho socialmente

necessário investido na sua produção (elemento histórico-social), condicionado pelo desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho” (IAMAMOTO, 2009, p. 347, nota 159). Para a autora, o trabalho concreto, útil, diz respeito:

Ao seu valor de uso social, como uma atividade programática e de realização que persegue finalidades e orienta-se por conhecimentos e princípios éticos, requisitando suportes materiais e conhecimentos para sua efetivação. Em outros termos, a produção recente acumulada que tem o Serviço Social como objeto de estudo centra-se, sobretudo na qualidade desse trabalho – ou na sua diferencialidade – e identifica seus portadores como dotados de capacitação específica: capazes de criar um tipo de trabalho concreto, distinto e particular (IAMAMOTO, 2009a, p.349).

Assim, ao concordar com o pensamento de Marx, a autora coloca que pelo trabalho o homem se afirma como ser criador, não só como indivíduo pensante, mas como aquele que age consciente e racionalmente. Nesse sentido, o trabalho se constitui como uma atividade não só espiritual, mas prático-concreta, com capacidade de operar transformações (IAMAMOTO, 2001). Por isso, a categoria trabalho é constitutiva do ser social, pois o diferencia como tal, e possui centralidade na vida do homem.

As (Os) Assistentes Sociais trabalham nas manifestações mais dilacerantes da questão social, tais como se apresentam aos indivíduos sociais de diferentes “segmentos das classes subalternas em suas relações com o bloco do poder e nas iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas” (IAMAMOTO, 2009, p. 19).

O termo questão social nasce na Europa Ocidental, a contar da terceira década do século XIX, amparando argumentações entre os intelectuais, militantes políticos e filantropos, a respeito da ocorrência da pobreza extrema que a maioria dos trabalhadores estavam sujeitados. Aquela conjuntura era estabelecida pelo fortalecimento do capitalismo em virtude dos processamentos da urbanização e industrialização que transcorria desde o século XVIII (NETTO; BRAZ, 2006; NETTO, 2011).

Dessa forma, a solidificação do capitalismo e a lei geral da acumulação do

capital fixam sócio-historicamente as condições para a urgência e o andamento da questão social, pois na reprodução do capital está a base da questão social, destarte:

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a 'questão social' – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da 'questão social; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potência social dominante. A 'questão social' é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. (NETTO, 2011, p. 157).

Iamamoto (2001a) - ao indicar a questão Social como processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa e estabelecer a relação de apreensão do movimento da realidade no processo social na sua totalidade e também nas suas contradições - enfoca o trabalho do Assistente Social como “uma especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social e técnica do trabalho, participe do processo de produção e reprodução das relações sociais” (IAMAMOTO, 2001, p.83).

O trabalho produzido pelo Assistente Social, pensado como trabalho concreto, socialmente útil, favorece o processo de reprodução das relações sociais. Desta forma, temos a compreensão de que a profissão é subordinada a uma determinada perspectiva de análise, que situa o Serviço Social a partir da sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho na sociedade capitalista.

Isso consiste afirmar, que o significado social da profissão se revela na sua colocação na sociedade, permitindo que a partir dessa inserção, seja capaz de transpor a ideia endógena, voltada para si e localizá-la no cenário de relações mais ampliadas que constituem a sociedade capitalista, em particular, na esfera das respostas que o Estado e a Sociedade constroem mediante a questão social.

É importante destacar, que é na correspondência de forças entre as classes que as demandas nascem. Dessa forma, a necessidade de certas profissões na operacionalização dos serviços sociais ligados às políticas sociais, nesse contexto, é

que se origina e se institucionaliza o Serviço Social.

Enfatizamos que a (o) Assistente Social intervém nas relações sociais no espaço sócio-ocupacional em que trabalha todos os dias atendendo a população usuária. Assim, por meio da dimensão socioeducativa o Assistente Social pode se manifestar com características disciplinadoras para moldar os usuários aos preceitos institucionais na vida social, ou pode fortalecer a luta e os projetos deles.

3 O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

O Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social é respaldado na lei de regulamentação da profissão (Lei nº 8662/1993), no código de ética do Assistente Social e nas diretrizes curriculares do curso de Serviço Social, elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A sua direção político-organizativa pode ser identificada por meio das entidades: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), ABEPSS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Segundo Teixeira e Braz (2009), “todo projeto, e, logo toda prática, numa sociedade classista, tem uma dimensão política, ou seja, se desenvolvem em meio às contradições econômicas e políticas engendradas na dinâmica das classes sociais antagônicas” (TEIXEIRA, BRAZ, 2009, p.188). Desse modo, numa sociedade capitalista, tais classes são representadas pela burguesia e proletariado e, por isso o projeto profissional, assim como a prática profissional, é considerado projeto político (também chamado de projeto político profissional). Iamamoto (2009a) reforça tal pensamento, ao se referir a prática profissional como uma dimensão política estabelecida pela incorporação sociotécnica do Serviço Social entre os diversificados e antagônicos interesses de classes.

Para Gonçalves (2017), os projetos profissionais concretizam a capacidade

teleológica dos agentes sociais em processos e construções coletivas, nas quais buscam marcar uma direção ética e política ao seu trabalho cotidiano. Esses projetos demonstram a possibilidade de uma autonomia relativa na condução das atividades profissionais e, ao mesmo tempo, norteiam suas práticas. Netto (1999) ressalta que os projetos profissionais:

Elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (NETTO, 1999, p.95).

Portanto, os projetos profissionais estabelecem através de normas éticas e políticas as relações sociais profissionais com os usuários de serviços, com as instituições empregadoras, com as demais profissões, instituições sociais públicas e privadas. Isso se deve a partir do processo de renovação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política que o Serviço Social brasileiro vem assumindo na defesa de um projeto profissional coletivo, “não há dúvidas que o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação de sociedade” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p.189).

Conforme já ressaltado, o PEP está diretamente vinculado a transformação de sociedade e não pode se dissociar do contexto histórico. Por isso, “o projeto do Serviço Social brasileiro é apreendido como um processo histórico em permanente construção oferece elementos para uma leitura e uma atuação radicalmente crítica e anticapitalista” (VASCONCELOS, 2015, p.169).

As(Os) Assistentes Sociais em suas intervenções no cotidiano assumem o compromisso com os interesses e a defesa dos direitos da classe trabalhadora. Isso ocorre, pois tal projeto profissional está comprometido com os princípios da liberdade, da defesa dos direitos humanos, do aprofundamento da democracia, da equidade e da emancipação humana. Ele está vinculado a um projeto societário e, apresenta a autoimagem da profissão demonstrando o amadurecimento da

categoria profissional (NETTO, 1999). De acordo com o autor:

Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 1999, p.15).

Portanto, ao reconhecer a liberdade como valor central, o PEP expressa o compromisso com a autonomia dos indivíduos sociais e rompe com os princípios morais da burguesia, que individualiza e oprime os homens.

O PEP do Serviço Social brasileiro, em vigor desde a entrada da década de 1990, herda toda trajetória crítica de aprofundamento teórico e político que a categoria profissional vem percorrendo. Embora, o surgimento da profissão tenha tido uma grande representação de um mandato político da classe dominante - que invisibilizou das discussões a dimensão ético-política do trabalho do Assistente Social durante um longo tempo, demonstrando nitidamente uma “manipulação ideológica por trás da autoproclamação “neutra” e apolítica do serviço social tradicional” (GONÇALVES, 2017, p.89).

Guerra (2015), afirmou que o PEP se desenvolveu na década de 1950, ao resgatar e identificar os determinantes históricos que serviram de base para a sua elaboração. A autora destaca que neste período ocorria a Revolução Cubana (1959), com base no entendimento de que os projetos profissionais não podem ser separados de todo um contexto histórico. Dessa forma, a revolução impactou consideravelmente a América Latina – tendo sido inspiração para processos de luta pela libertação nacional.

Logo depois, foram apontados grandes movimentos de oposição social ao domínio norte-americano, bem como a articulação do Serviço Social latino-

americano para criticar as práticas conservadoras existentes no âmbito social e profissional. Nesse período, também ocorreu o combate a ditadura militar; além de terem sido realizados encontros, seminários e congressos com o intuito de criar alternativas contrapondo o modelo tradicional praticado pela profissão. O diálogo com os movimentos sociais e cristãos de esquerda; a criação do Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS). Tais eventos foram extremamente importantes na construção do PEP (GUERRA, 2015).

A defesa deste projeto tem o intuito de torná-lo um guia para o trabalho dos Assistentes Sociais nos mais diversificados espaços ocupacionais - o que tem se tornado um desafio cada vez maior, pois, em meio a toda a conjuntura histórico-social das últimas décadas, com diversos ataques aos direitos e, grande ofensiva neoliberal provocando vários retrocessos, como: a retirada de direitos; acirradas perseguições e criminalização dos movimentos sociais e à população pobre. Na intervenção profissional, o aumento da precarização nas condições de trabalho, as novas formas e características do Estado e das políticas sociais e as exigências de produtividade exacerbada, são um dos exemplos que destacamos.

Diante do exposto, é perceptível que as tensões diárias que abrangem o trabalho do Assistente Social e que envolvem a efetivação do PEP nos espaços ocupacionais, como já discorrido, não se constituem uma tarefa fácil. Nesse mesmo entendimento, as autoras Forti e Coelho (2015), ressaltam a tensão permanente entre o ser e o dever ser - porém, com a proposição de outra sociedade, uma sociedade alternativa que supere a sociedade de classes.

Na caminhada profissional do Serviço Social, o referencial Marxista foi determinante para impulsionar o rompimento com o conservadorismo e as práticas tradicionais - o que não garante a extinção desses, pois dentro da sociedade brasileira ainda estão enraizados e, agora, como nunca, muito perceptíveis. Além disso, mesmo que o projeto profissional seja visto como viável e seguro por nós, devemos levar em consideração que a sua concretização não pode se dissociar do projeto societário hegemônico. Ou seja, as crises ocasionadas pelo capitalismo

refletem diretamente nas condições de trabalho das(dos) Assistentes Sociais. No entanto, não podem nos paralisar. Neste atual cenário, “há necessidade de nos colocarmos em prol de valores que confrontem a alienação, a desigualdade e a banalização da vida” (FORTI; COELHO, 2015, p.27).

4 O TRABALHO DA(O) ASSISTENTE SOCIAL COM OS ESTUDANTES QUILOMBOLAS NA FURG

A pesquisa teve como lócus de estudo o espaço sócio-ocupacional da FURG, localizada no extremo Sul do Rio Grande do Sul - RS. A FURG é uma universidade pública federal que promove a gratuidade e qualidade destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-pedagógica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

Atualmente, a FURG, conta com um campus sede no Bairro Carreiros, na cidade de Rio Grande/RS e os seguintes Campi: Santa Vitória do Palmar, Santo Antônio da Patrulha e São Lourenço do Sul .

Todas as Assistentes Sociais entrevistadas conhecem a forma de ingresso dos Discentes Quilombolas, que se dá, em sua maioria, por processo seletivo específico. Sobre a disponibilização de auxílios estudantis, todas as entrevistadas tiveram conhecimento total das informações.

Quatro Assistentes Sociais pensam haver diferença entre os estudantes Quilombolas e os demais estudantes, já duas pensam não haver diferenciação entre as demandas dos Quilombolas e os demais discentes atendidos na PRAE.

Quando indagadas sobre suas definições pessoais a respeito do que é ser Quilombola, ou povos vindos de Quilombos, em sua maioria, as respostas foram, em nossa opinião, permeadas de um relativo senso comum de que sejam apenas pessoas e, conseqüentemente territórios advindos da escravização brasileira.

Como podemos observar, Marta afirma:

Os Quilombolas são descendentes dos escravos que foram para o quilombo, mas são pessoas que trazem todo esse histórico de preconceito, sofrimento, dificuldades e tem, historicamente as piores condições no nosso país. E, na universidade não é diferente, trazem toda essa carga junto - eu enxergo assim (MARTA, ASSISTENTE SOCIAL, 2019).

Paula refere:

O quilombola, em meu entendimento, era o escravo que fugia e criava os quilombos - uma comunidade segura e um refúgio onde vivem até hoje da economia, baseada em uma agricultura familiar, que tem o seu próprio modelo de vida. Existe, dessa forma, toda uma luta de preservação desses espaços - e acredito que nesse governo tenha sido difícil, já era em outros governos. Agora vi que o desmatamento aumentou exponencialmente nos primeiros meses nesse governo atual e aí, não lembro, não sei se foi em Porto Alegre que a justiça não reconheceu um quilombo. Por exemplo, com uma duplicação da BR em Pelotas em que as famílias que moravam às margens iriam receber uma indenização de 20 mil reais, porque a Prefeitura alegou que elas ocuparam clandestinamente e que eles não tinham direito a mais nada. Então imagino essas pessoas que há séculos moram ali e agora o Estado não reconhece e para onde elas vão? (PAULA, ASSISTENTE SOCIAL, 2019).

A relação das Assistentes Sociais entrevistadas ao conceito de Quilombola expressa, em uma grande maioria, o entendimento de que todos seriam descendentes de escravos fugidos, distantes das atuais posições historiográficas, sociais e legais vigentes no nosso país, onde evidenciamos as diversas e distintas formações de Quilombos e sua ligação a terra.

Quanto as demandas Institucionais ao Serviço Social da FURG, as requisições institucionais ao Serviço Social foram descritas pelas Assistentes Sociais entrevistadas considerando as principais demandas.

Marta ressalta que:

Da instituição em relação a questão dos benefícios, da instalação deles. Uma demanda muito grande que está vindo hoje é a questão da saúde mental. Muito grande de uma forma geral, não só dos Quilombolas. A questão do acompanhamento, pois a retenção é muito grande, a questão pedagógica e a questão social também (MARTA, ASSISTENTE SOCIAL, 2019).

Maria evidencia o “Acolhimento no ingresso e no acompanhamento dos estudantes Quilombolas em relação aos auxílios disponibilizados” (MARIA, ASSISTENTE SOCIAL, 2019).

As requisições institucionais mais demandadas foram referidas pela maioria das assistentes sociais como: o acolhimento aos discentes Quilombolas quando ingressam na instituição; o acompanhamento referente aos auxílios e social. Outra demanda citada é a saúde mental dos discentes - algo que tem aumentado significativamente e exigindo cada vez mais acompanhamento e encaminhamento para a rede de serviços específicos.

As principais demandas dos estudantes quilombolas ao Serviço Social foram as que dizem respeito aos auxílios estudantis.

Marta ressalta:

Acho que ainda é a questão dos auxílios- para a gente que é assistente social, pois é imagem da profissão. Acho que os auxílios são sempre o carro chefe, a imagem da nossa profissão - mas eu não entendo como prioridade (MARTA, ASSISTENTE SOCIAL, 2019).

A Assistente Social Joana nos relata que: “São questões, apontamentos específicos, questões da Casa do Estudante Universitário, ajustamento do auxílio transporte, auxílio para eventos” (JOANA, ASSISTENTE SOCIAL, 2019).

Com a cooperação das entrevistadas, observamos e consolidamos nosso pensamento de que a questão específica dos discentes Quilombolas centra-se em grande parte pela mudança cultural, concomitante a distância de suas famílias e comunidades, potencializando às demandas apontadas.

Nas palavras das entrevistadas, os desafios e possibilidades no trabalho com as(os) Quilombolas foram :

É assim, uma coisa que vai além da instituição, é a questão hoje, da nossa conjuntura

nacional, do que está acontecendo no país pois a gente trabalha, o nosso trabalho é sempre vinculado às políticas públicas, como a assistência estudantil. Eu acho que isso é um desafio, a gente continuar o trabalho da assistência quando se tem um governo federal que subsidia o trabalho e não prioriza - isso é um grande desafio (MARTA, ASSISTENTE SOCIAL, 2019).

A questão de manutenção dos auxílios estudantis na conjuntura de cortes de recursos pelo Governo Federal tem sido um grande desafio, pois no Brasil, a(o) Assistente social é majoritariamente servidor(a) público(a) e trabalha “predominantemente na formulação, planejamento e execução de políticas sociais com destaque às políticas de saúde, assistência social, educação, habitação, entre outras” (IAMAMOTO, 2009, p. 345).

A assistente Social apontou a precarização do trabalho relacionado aos recursos humanos, “Acho que a questão de recurso humano, é o que mais pega, pois nós somos poucos profissionais que atendemos muitos estudantes ao mesmo tempo” (JOANA, ASSISTENTE SOCIAL, 2019).

Os desafios postos no cotidiano profissional das Assistentes Sociais entrevistadas, conforme suas falas, denotam questões relativas aos recursos humanos, a limitação de número de Assistentes Sociais para a grande demanda Institucional. Há, além disso, a limitação dos recursos materiais que tem dificultado, inclusive, a viabilização para atendimento de necessidades básicas, estabelecendo a precarização dos serviços de atendimento aos estudantes Quilombolas.

5 CONCLUSÃO

O recorte do estudo aqui apresentado, fruto de pesquisa de mestrado, objetivou conhecer como se realizava o trabalho da (o) Assistente Social com as(os) Quilombolas, de forma específica na FURG.

Neste espaço sócio-ocupacional se apresentam as demandas ao Serviço Social. Assim, as práticas mais desafiadoras, voltadas às condições materiais e subjetivas na dinâmica de trabalho cotidiano e inseridas no contexto da sociedade

capitalista, colocam uma série de desafios que se intenciona superar.

Para isso, foi necessário delimitar a diferença entre as requisições institucionais no atendimento aos discentes Quilombolas ao Serviço Social da PRAE na FURG e as requisições dos Discentes Quilombolas ao Serviço Social da PRAE na FURG.

Tendo em vista que o objeto de trabalho do Assistente Social são as diversificadas formas de manifestação da questão social, no atendimento às demandas que são fruto das desigualdades ocasionadas pela sociedade capitalista, a(o) Assistente Social no trabalho com as(os) estudantes Quilombolas visa garantir os direitos, o que permite afirmarmos que a(o) Assistente Social, por suas competências e atribuições privativas, colabora para a permanência desses estudantes na universidade.

A pesquisa indicou por meio das falas das Assistentes Sociais (que estão inseridas no espaço sócio-ocupacional da PRAE na FURG – articulando os interesses institucionais e dos discentes Quilombolas), através das entrevistas, que o trabalho com os discentes Quilombolas tem ocorrido sem o planejamento necessário para a especificidade requerida por essas comunidades, mesmo que haja consenso entre as entrevistadas da importância desse planejamento. Ficou evidente que devido à grande quantidade de trabalho, não tem sido possível planejar o atendimento aos discentes Quilombolas.

Foi perceptível a recorrência encontrada nos relatos das entrevistadas, que promoveram tanto a reflexão das Assistentes Sociais, quanto da pesquisadora, no que tange conhecer melhor o público-alvo. No caso estrito dessa Pesquisa, os Discentes Quilombolas, que possuem particularidades como: origem, cultura, história e histórias de vida. No sentido de estreitar saberes, vivências e particularidades que imprimam uma não generalização desses sujeitos com relação aos demais estudantes da FURG.

As entrevistadas afirmaram nas suas falas que o trabalho tem ocorrido

conforme as requisições Institucionais em relação aos discentes Quilombolas. Em sua maioria tais requisições referem-se ao acolhimento no ingresso desses estudantes; no acompanhamento quanto à inclusão dos auxílios que são disponibilizados pela FURG e acompanhamento social e pedagógico devido ao grande número de retenção. É necessário deixar claro que a retenção aqui descrita é o não avanço e reprovação em disciplinas. Também foram apontadas questões de Saúde mental, evidenciada em grande parte das falas como uma demanda institucional que tem requerido encaminhamentos em articulação com as redes de serviços específicos.

Foi observado que o trabalho desenvolvido pelos Assistentes Sociais, por meio das requisições dos estudantes Quilombolas, conforme os relatos das entrevistadas, tem sido na sua maioria o acesso aos auxílios estudantis relacionados à casa do estudante universitário, alimentação e transporte.

A pesquisa apontou, por meio dos relatos das Assistentes Sociais entrevistadas, que os principais desafios no trabalho realizado com os discentes Quilombolas, são os recursos humanos reduzidos para atendimento de toda a demanda da universidade. Assim como, a redução dos recursos materiais, o que tem dificultado, inclusive, a viabilização das necessidades básicas aos estudantes Quilombolas.

As Assistentes Sociais entrevistadas evidenciaram pontos importantes quanto ao trabalho com os discentes Quilombolas, no sentido do registro quanto ao acompanhamento a estes estudantes, o que possibilitará construir estratégias para melhor atendimento a eles.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Valéria de Oliveira. **Serviço Social e trabalho docente: precarização e intensificação do trabalho nas Instituições Privadas de Ensino Superior em São Paulo**. 2015. 165 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

FORTI, Valéria; COELHO, Marilene. **Contribuição à crítica do projeto ético-político do serviço social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional.** In.: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Org). Projeto ético-político do serviço social: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2015.

GONÇALVES, Taciane Couto. **O caráter educativo do trabalho dos/as assistentes sociais.** Dissertação de Mestrado, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5013996>. Acesso em: 30 Jan. 2018.

GUERRA, Yolanda. **Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária.** In.: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Org). Projeto ético-político do serviço social: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 5ª ed. São Paulo, Cortez, 2001.

MARX, Karl **O Capital: Crítica da economia política.** Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Koth. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José. Paulo e BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. O Projeto ético político do serviço social In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **O/A assistente social na Luta de Classes: Projeto profissional e mediações teórico-práticas.** 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

,